

A ética e a política em Kant e Rawls

Rediscutindo a tolerância a partir do respeito

Ana Luísa CAMPOS CASSEB y José Claudio MONTEIRO DE BRITO FILHO

Universidade Federal do Pará

Introdução

Um dos grandes desafios da vida humana, sem dúvida, diz respeito a coexistência harmônica da diversidade de concepções de vida boa existentes dentro de uma mesma sociedade. Isto porque, a partir do contexto de justificação pós-metafísico da modernidade, as relações sociais foram caracterizadas pelo pluralismo de estilo de vida pessoal e da forma de vida cultural entre as pessoas. E isso naturalmente implica em um conflito de interesses e de concepções de bem, que são concorrentes e, até mesmo, incompatíveis entre si.

Por esse motivo, a doutrina liberal, que pode ser considerada como a cultura de fundo das sociedades contemporâneas e que exerce profunda influência na organização e estruturação das mesmas, possui há tempos uma importante questão em pauta: como pode ser justificado o dever de tolerância entre os indivíduos, grupos, em um corpo social tão diversificado?

O objetivo deste texto é articular, ainda que de forma singela, as concepções de respeito existentes na filosofia moral e na filosofia política, demonstrando em que medida o conceito político pode ser considerado como um desdobramento do conceito moral, afim de elucidar uma forma de justificação dos fundamentos da tolerância na contemporaneidade.

Para tanto, elegeu-se o conceito moral de respeito elaborado por Immanuel Kant, por se entender que tal construção filosófica elenca dois elementos imparciais em uma concepção de pessoa: a racionalidade e a igual capacidade de autodeterminação que cada indivíduo possui.

No que tange ao conceito político de respeito, foi escolhida a formulação de John Rawls de autorrespeito, por se tratar do respeito por si mesmo, pela própria concepção de bem e do próprio plano de vida, no sentido de se possuir a convicção de que se tratam de ideias que possuem valor e, por isso, valem a pena serem seguidas. Por meio do reconhecimento de si mesmo é possível o reconhecimento dessas mesmas características pelas demais pessoas.

Dessa maneira, a abordagem se dará de modo a elucidar a concepção kantiana de respeito, e em seguida, a concepção rawlsiana de autorrespeito, para então, ser apresentada a correlação entre as duas categorias e suas implicações na valorização e fomento do reconhecimento da dignidade humana e o exercício da tolerância nas sociedades democráticas plurais.

O respeito como um conceito ético: Kant

Para a teoria ética de Kant é central a alegação de que à toda e qualquer pessoa é devido respeito apenas porque são pessoas, isto é, seres racionais livres. Ser uma pessoa é ter um status e valor que é diferente de qualquer outro tipo de ser: é ser um fim em si mesmo com dignidade. E a única resposta que apropriada para um tal ser é o respeito.

Respeito é o reconhecimento de atitude e comportamento da dignidade das pessoas como fins em si mesmos. O respeito por estes seres não é apenas adequado, mas também moral e incondicionalmente necessário: o status e valor das pessoas é tal que eles devem ser sempre respeitados. Como há uma inclinação a não respeitar as pessoas, não as valorizar do modo como deveriam ser valorizadas, uma formulação do imperativo categórico, que é o princípio supremo da moralidade, ordena que nossas ações expressem o devido respeito pela dignidade das pessoas: “Age de tal maneira que uses a humanidade, tanto na tua pessoa como na pessoa de qualquer outro, sempre e simultaneamente como fim e nunca simplesmente como meio” (Kant, 2007, 69).

Assim, a obrigação moral fundamental é respeitar as pessoas. Ações moralmente corretas são, portanto, aquelas que expressam o respeito pelas pessoas como fins em si mesmos, enquanto as ações moralmente erradas são aquelas que expressam desrespeito ou desdém para as pessoas por não as valorizar como fins em si mesmos.

O conceito de fim tem vários significados para Kant. Em certo sentido, ser um fim é ter algum tipo de preço ou dignidade. A maioria das coisas tem valor como os objetos de desejos, interesses ou afeições; eles são os fins ao qual se persegue, fins subjetivos. Mas o valor de um fim em si vale a pena não por ser relativo, subordinado, ou derivado de ser o objeto de desejos ou sentimentos de alguém. Em vez disso, o seu valor é intrínseco ao sujeito. Kant chama esse valor distintivo, que só fins em si mesmos possuem, de dignidade.

Na teoria do valor de Kant, a dignidade é o valor supremo; portanto, um fim em si deve ser avaliado moralmente acima de todas as outras entidades. Kant argumenta que os seres racionais são as únicas entidades que são fins em si mesmos e que todos os seres racionais são fins em si mesmos. O termo "pessoa" significa um ser cuja natureza racional “os distingue já como fins em si mesmos, quer dizer como algo que não pode ser empregado como simples meio e que, por conseguinte, limita nessa medida todo o arbítrio e é um objeto do respeito” (Kant, 2007, 68).

Contra uma visão aristocrática, Kant argumenta que embora os indivíduos como membros de alguma comunidade social possam ter ou a falta de realização de méritos ou se pode merecer honra (respeito avaliativo) em diferentes graus ou não em todos, à todas as pessoas como membros da comunidade moral, a comunidade onde todos são fins em si mesmos, são devidos o mesmo respeito (reconhecimento moral), pela dignidade que possuem por serem

racionais é incondicional e independente de todos os fatos sobre ou características deles.

A dignidade também é um valor incomparável: não pode ser comparado, trocado, ou substituído por qualquer outro valor, ao passo que o propósito de um preço é estabelecer valor comparativo. E a dignidade é um valor absoluto ou objetivo, o que significa que é um valor que todo mundo tem razão convincente para reconhecer, independentemente de seus desejos antecedentes, interesses ou afeições.

Isso leva a um segundo sentido em que as pessoas são fins em si mesmos. O "fim" também pode significar um limite ou restrição da ação, tal como o fim de uma estrada que coloca o limite a uma viagem, por exemplo. A natureza racional das pessoas "constitui a condição suprema que limita a liberdade de ação de cada homem"; ela coloca um limite absoluto sobre como podemos tratá-las. Em particular, as pessoas nunca devem ser tratadas apenas como meios, como coisas que podem usadas como se quer, no intento de realizar interesses particulares. E elas devem ser sempre tratadas como seres extremamente valiosos que são (Kant, 2007, 71-72).

O respeito como um conceito político: Rawls

Por sua vez, o autorrespeito é uma variação do respeito. É uma relação moral das pessoas para consigo mesmas, se referindo ao valor intrínseco delas. Como o respeito pelos outros, o autorrespeito é multifacetado e complexo, que envolve aspectos da cognição, valorização, afeição, expectativa, motivação, ação e reação que compõem o modo de ser no mundo no cerne do que é uma apreciação de si mesmo como tendo um valor moralmente significativo.

O autorrespeito tem a ver com a estrutura e a sintonia da identidade de um indivíduo e de sua vida, e isso se reflete no eu, afetando a configuração e constituição de pensamentos da pessoa, seus desejos, crenças, valores, emoções, compromissos, disposições e atos. Como expressão do senso de valor, inclui uma compreensão engajada do seu próprio valor, bem como um desejo e disposição para proteger e preservar a si mesmo.

Trata-se de um termo frequentemente utilizado para justificar uma grande variedade de reivindicações ou posições filosóficas, tais como o valor dos direitos morais, requisitos morais ou limites do quanto perdoar os outros ou a si mesmo, e os erros e acertos de práticas como a ação afirmativa. Todos esses argumentos dependem do quão consagrada é a importância do autorrespeito.

Ao contrário de Kant, Rawls, não concebe o autorrespeito nem como algo ao qual se está moralmente obrigado a ter e manter, nem como um sentimento que necessariamente se tem, mas como um direito que as instituições sociais são exigidas pela justiça para apoiar e não prejudicar.

Em *Uma Teoria da Justiça*, Rawls argumenta que o autorrespeito é um "bem primário", porque se trata de um bem que é vital para o desenvolvimento das vidas individuais e à capacidade de realizar quaisquer projetos que um indivíduo possa ter (Rawls, 2008, 543).

Além disso, trata-se de um bem social que os indivíduos são capazes de adquirir apenas sob certas condições sociais e políticas. Rawls define o autorrespeito de maneira que "essa ideia contém o sentido que a pessoa tem de seu próprio valor, sua firme convicção de que vale a pena realizar sua concepção de seu bem, seu projeto de vida", resultando em uma "confiança na própria capacidade, contanto que isso esteja ao alcance da pessoa, de realizar suas próprias intenções" (Rawls, 2008, 544).

Ele argumenta que o acesso das pessoas ao autorrespeito é, em grande medida, uma função de como a estrutura institucional básica de uma sociedade o define e o distribui, que inclui mensagens sobre o valor relativo aos cidadãos que são transmitidos na estrutura e no funcionamento das instituições, na distribuição dos direitos políticos fundamentais e das liberdades civis, o acesso aos recursos que os indivíduos necessitam para prosseguir com seus planos de vida, a disponibilidade de diversas associações e comunidades dentro das quais as pessoas podem buscar a afirmação do seu valor e dos seus planos da vida para com os outros, e as normas que regem a interação pública entre os cidadãos.

Uma vez que o autorrespeito é vital para o bem-estar individual, Rawls argumenta que a justiça exige que as instituições e as políticas públicas sociais devem ser projetadas para promover o desenvolvimento e não o solapamento do autorrespeito. O autor argumenta que os princípios de justiça como equidade são superiores aos princípios utilitaristas na medida em que eles melhor afirmam e promovem o autorrespeito de todos os cidadãos.

Além disso, o autorrespeito possui um papel fundamental enquanto mecanismo de estabilidade na medida em que produz harmonia entre os indivíduos de uma sociedade. Pois, uma vez que os indivíduos exercitam o autorrespeito, e ao mesmo tempo, as instituições sociais garantam os meios para que isso se concretize, as pessoas ao reconhecerem em si o seu próprio valor, sentem a segurança em crer que a sua concepção de bem vale a pena, e não será desrespeitada nem desconsiderada pela sociedade e pelas instituições.

Ou seja, as pessoas possuem a segurança de definirem livremente, com autonomia, que tipo de bem querem perseguir, pois somente vivendo sob a égide de um Estado que possui neutralidade ética, esses terão a segurança de que suas concepções de vida boa, crenças, não serão discriminados, pelas instituições e, conseqüentemente, pelos demais indivíduos que integram a sociedade.

Conclusão

Apesar de Kant e Rawls terem percorrido caminhos distintos para conceituar suas acepções de respeito, e por consequência de autorrespeito, suas trajetórias convergem para o mesmo horizonte moral e político: o reconhecimento da dignidade humana e o dever político de tolerância.

A neutralidade ética do Estado liberal possui diversos aspectos positivos, no sentido de que o baluarte dessa doutrina é a liberdade que todos os indivíduos possuem em estabelecer e delinear suas próprias vidas sem a interferência ou imposição de uma vontade externa, seja ela pública ou particular.

Contudo, é evidente que a pluralidade de visões de mundo acarreta conflitos. A história mostra que há uma tendência humana natural em exercer influência, poder sobre o outro, e muitas vezes, em sobrepujar a liberdade, a vontade do outro em detrimento da própria. Como lidar com esse incidente no contexto das democracias constitucionais contemporâneas, em que todos os indivíduos possuem direitos e deveres de forma igual?

Dois conceitos-chave para lidar com esse impasse são o de dignidade humana, tal como concebido por Kant, e o de autorrespeito, tal como concebido por Rawls. Isto porque, ao estar consciente do seu próprio valor, da sua própria dignidade, e simultaneamente do valor e da dignidade do outro, é plenamente possível que indivíduos racionais e razoáveis cheguem à conclusão de que a melhor maneira de preservar a si e aos outros, é por meio do respeito mútuo.

Nesse sentido, o conceito que Rawls faz da sociedade enquanto empreendimento cooperativo é muito valioso uma vez que demonstra que é muito mais saudável e vantajoso a todos os indivíduos que integram a coletividade, que ambos ajam com respeito, reconhecendo a dignidade que existe em si e no outro, do que se cada um resolvesse impor à força suas concepções de bem sobre os outros, causando um situação de insegurança pessoal e social, uma vez que determinados valores, crenças, comportamentos passariam a ser considerados como um padrão na sociedade, violando a liberdade, a dignidade, e o autorrespeito dos que são considerados como alheios ao padrão eleito para ser socialmente característico.

Então, se a neutralidade ética do Estado pode ser considerado como um direito que as pessoas possuem, a tolerância é automaticamente o seu dever correspondente. É fundamental perceber que a tolerância é a pedra angular que garante e sustenta a liberdade, isto é, o ideal político sob o qual foram edificadas as sociedades liberais, democráticas.

Ao mesmo tempo, é impossível pensar em tolerância em apartado do reconhecimento da dignidade humana. Ambos os conceitos estão intrinsecamente conectados, de maneira que é plenamente razoável sustentar que haja uma ligação holística entre eles, pois um não consegue ser exercido e amplamente concretizado sem o outro.

Referências

- Kant, Immanuel (2007), *Fundamentação da metafísica dos costumes*, Edições 70, Lisboa.
Rawls, John (2008), *Uma teoria da justiça*, Martins Fontes, São Paulo.
Rawls, John (2011), *O liberalismo político*, Martins Fontes, São Paulo.

